

ASPECTOS DA DINÂMICA TERRITORIAL E DEMOGRÁFICA DA FRONTEIRA SUL DO BRASIL

Ana Maria de Aveline Bertê

Mestre em Geografia – POSGEA/UFRGS

Geógrafa da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão/RS

E-mail: aberte@seplan.rs.gov.br

Antonio Paulo Cargnin

Doutor em Geografia – POSGEA/UFRGS

Geógrafo da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão/RS; Professor Colaborador do POSGEA/UFRGS

E-mail: acargnin@seplan.rs.gov.br

Bruno de Oliveira Lemos

Mestre em Geografia – POSGEA/UFRGS

Geógrafo da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão/RS

E-mail: bruno-lemos@seplan.rs.gov.br

Suzana Beatriz de Oliveira

Especialista em Geografia Ambiental - POSGEA/UFRGS

Geógrafa da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão/RS

E-mail: suzana-oliveira@seplan.rs.gov.br

RESUMO

O artigo tem como finalidade analisar o comportamento das dinâmicas territoriais e demográficas na unidade da federação mais ao sul do Brasil, o Estado do Rio Grande do Sul, e dos países vizinhos, Uruguai e Argentina. A partir de estudos anteriores, realizados para o Estado, nos quais se verificou a intensificação de efeitos da transição demográfica e o esvaziamento da faixa de fronteira, procurou-se identificar similitudes nos países vizinhos e discutir as possíveis causas dessas dinâmicas. A análise dos dados demonstrou que a queda acentuada do crescimento demográfico também atinge fortemente o Uruguai, onde a população tende a se deslocar para a franja litorânea sul, nos departamentos de *Maldonado*, *Canelones* e *San Jose*. Na Argentina, a tendência se dá de forma menos intensa, com exceção de *Misiones*, que tem atraído população. A análise mostra que, tanto na fronteira com o Uruguai quanto com a maior parte da Argentina, essa dinâmica está relacionada com a falta de dinamismo econômico e escassez de infraestruturas, que têm expulsado a população para as áreas mais dinâmicas e urbanizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Dinâmicas populacionais, transição demográfica, desenvolvimento regional, fronteira do sul do Brasil

ASPECTS OF TERRITORIAL AND DEMOGRAPHIC DYNAMICS IN THE SOUTHERN BORDER OF BRAZIL

ABSTRACT

This article aims at analyzing the behavior of territorial and demographic dynamics in the southernmost federation unit of Brazil, Rio Grande do Sul State, and in neighboring countries, Uruguay and Argentina. Based on previous studies conducted for the State, in which the intensification of the effects of demographic transition and the emptying of the border region were verified, this article sought to identify similarities in neighboring countries and discuss the possible causes of these dynamics. Data analysis showed that the sharp drop in population growth also strongly affects Uruguay, where the population tends to move to the southern coastal fringe, in the departments of Maldonado, Canelones and San Jose. In Argentina, this trend is less intense, except

for Misiones, that has attracted population. The analysis shows that, both in the border with Uruguay as in the most of Argentina, this dynamic is related to the lack of economic dynamism and lack of infrastructure, which have driven the population to the most dynamic and urbanized areas.

KEYWORDS: Population dynamics, Demographic transition, Regional development, Southern border of Brazil

INTRODUÇÃO

O Estado do Rio Grande do Sul se localiza na porção meridional do Brasil, abrangendo a região de fronteira do país com a Argentina e com o Uruguai, conforme a Figura 1. Essa área de fronteira se estabeleceu a partir de longos conflitos entre Portugal e Espanha pelo controle da região da Bacia do Prata. De fato, os limites com a Argentina só foram consolidados em 1898, e com o Uruguai, no ano de 1909.

Figura 1 – Mapa dos limites do Brasil com a Argentina e com o Uruguai



Fonte: SPGG

Na fronteira do Brasil com o Uruguai, as próprias características de integração da fronteira predominantemente seca e o desenvolvimento socioeconômico conjunto contribuíram para uma estrutura produtiva semelhante nos dois lados da fronteira. Em grandes linhas, pode-se dizer que, no lado brasileiro, predomina a cultura do arroz nas várzeas dos rios e a criação de bovinos e ovinos. No lado uruguaio, além da criação de bovinos e ovinos, a silvicultura também se destaca. A estrutura econômica da região é baseada na agropecuária de médias e grandes propriedades, não favorecendo a transferência de capitais do comércio de produtos agrícolas para a indústria. Além disso, não ocorreram modificações significativas no setor produtivo, continuando a indústria atrelada a uma base tradicional e com lenta incorporação de tecnologia.

Na fronteira do Brasil com a Argentina, as dificuldades de interação pela barreira representada pelo rio Uruguai dificultam uma maior relação socioeconômica. As únicas duas ligações rodoviárias entre os dois países ocorrem através das cidades de São Borja-Santo Tomé e Uruguaiana-Paso de los Libres, inexistindo pontes no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. No lado brasileiro da fronteira, predominam a cultura do arroz e a criação de bovinos e ovinos, ao sul, e as culturas da soja, milho, trigo e mandioca e criação de bovinos e suínos, ao norte. Destaca-se, também, a presença da indústria de máquinas e implementos agrícolas. No lado argentino, além da pecuária de bovinos, destacam-se o arroz, a soja, a silvicultura e a erva-mate. No norte da fronteira brasileiro-argentina, também desponta, nos dois lados, o turismo relacionado às características naturais e históricas da região, ligado às Missões Jesuíticas, estabelecidas no Rio Grande do Sul a partir de 1626.

O estudo prospectivo recente, *RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial* (RIO GRANDE DO SUL, 2014), fez uma ampla reflexão sobre a tendência atual de esvaziamento demográfico da região da fronteira internacional do Rio Grande do Sul. O estudo apontou reflexos bastante graves sobre a dinâmica econômica e social da região e do Estado como um todo.

Neste artigo, buscou-se identificar semelhanças nos processos ocorridos nos países vizinhos e discutir as possíveis causas dessas dinâmicas. Nesse sentido, apresenta uma análise comparativa de dois processos inter-relacionados que podem agravar a situação socioeconômica dessas regiões: o envelhecimento da população fronteiriça conjugado à perda de mão de obra para regiões com maior desenvolvimento socioeconômico.

Com base nesses aspectos, o presente artigo também buscou apontar, a partir de estudos anteriores (RIO GRANDE DO SUL, 2012; BERTÊ et al, 2016) alguns motivos possíveis pelos

quais esse movimento de perda de população tornou-se tão acentuado nos últimos anos. A análise transfronteiriça e multiescalar permitiu identificar a posição do Rio Grande do Sul no que se refere à Transição Demográfica¹ em relação a outras unidades territoriais, além de fatores em comum com países vizinhos que possam estimular a saída de população das regiões fronteiriças.

Como procedimentos metodológicos, foram utilizados dados populacionais disponibilizados pelos governos dos três países, organizados conforme os grupos de idade de 0 a 14, de 15 a 64 e mais de 65 anos. Além disso, comparou-se as taxas de crescimento populacional anual dos períodos intercensitários, a fim de identificar possíveis perdas populacionais. A metodologia abrangeu as áreas comparadas definidas por Rückert, Carneiro Filho e Uebel (2015) para o Mercosul. Por fim, é realizada uma análise de fatores econômicos e da infraestrutura de transportes que podem estar contribuindo para esse cenário regional de perdas populacionais.

DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E AS SEMELHANÇAS COM URUGUAI E ARGENTINA

Estudos recentes, publicados na série *RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial*, elaborados utilizando dados de censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelaram algumas tendências demográficas que vêm se apresentando no Estado do Rio Grande do Sul. Esses movimentos, que já haviam sido detectados em pesquisas e em censos anteriores, ficaram ainda mais evidentes a partir do Censo 2010 (JARDIM e BARCELLOS, 2011; CARGNIN, et al, 2014).

Uma das primeiras tendências observadas, que se iniciou ainda na década de 70, foi o significativo aumento das taxas da população urbana. Deve-se considerar que a urbanização é um processo que ocorre em escala global. O movimento significou, no Estado do Rio Grande do Sul, um importante deslocamento da população para a Região Metropolitana de Porto Alegre. Também representou um crescimento significativo de cidades próximas e centros urbanos tradicionais, constituindo a atual rede urbana.

Outra tendência mais recente apresenta relação com o fenômeno conhecido como transição demográfica. A redução da taxa de crescimento populacional e o aumento da expectativa de vida

¹ Transição demográfica é um fenômeno dinâmico que afeta as populações ao longo do tempo, em que, em um primeiro momento, presencia-se um aumento das taxas de crescimento populacional (uma explosão demográfica), mas, com a queda da natalidade, o ritmo de crescimento da população vai se reduzindo ao longo do tempo, tendendo para a estabilidade ou, mesmo, para a redução do crescimento.

tendem a ocasionar uma inversão do padrão tradicional da pirâmide demográfica, com aumento da população nas faixas etárias mais avançadas.

A população do Rio Grande do Sul, que atingiu a marca de 10,7 milhões em 2010, representando 5,6% da população brasileira, com tendência de queda nessa participação, vem sofrendo os impactos dessa transição. Após um elevado crescimento populacional na década de 50, em que as taxas de crescimento chegaram a 2,59%, o ritmo passou a ser cada vez menor, chegando aos anos 80 com uma taxa de crescimento médio anual em torno de 1,55% a.a. Nos anos 90, esses valores foram reduzidos para 1,48% e, no ano 2000, atingiram 1,21%. Os dados do último Censo apontaram para uma queda ainda maior no ritmo desse crescimento, chegando a uma taxa de 0,49% a.a., inferior ao 1,17% do País, colocando o Rio Grande do Sul como o Estado brasileiro cuja população teve o menor crescimento na década.

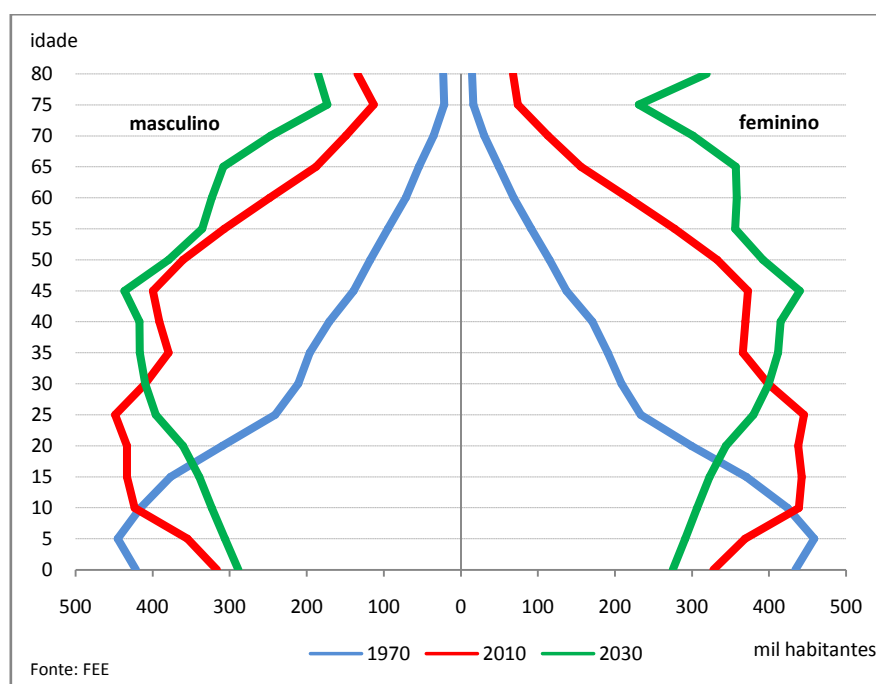
O fator preponderante nesse processo é a diminuição da taxa de fecundidade apresentada pelo Estado. A média de filhos por mulher para 2010 estava em 1,8, valor que já se encontra abaixo da taxa de reposição populacional², que é de 2 filhos.

O declínio da taxa de fecundidade, assim como da taxa de mortalidade e o aumento da expectativa de vida³ afetam diretamente a estrutura etária da população. No caso da expectativa de vida, o Rio Grande do Sul, desde muitos anos, se diferencia entre os estados brasileiros, com uma das maiores expectativas de vida do País. A análise do período 1970-2010 indica que houve um acréscimo de mais de oito anos na expectativa de vida do gaúcho, passando de 67,8 para 75,9 anos nas últimas três décadas, como pode ser observado na Figura 2.

² Taxa de reposição populacional é o número médio de filhos que as mulheres entre 15 a 49 anos de idade precisam ter para que a população permaneça constante.

³ Expectativa de vida ou esperança de vida ao nascer é o número médio de anos que um grupo de indivíduos nascidos no mesmo ano pode esperar viver, se mantidas, desde o seu nascimento, as taxas de mortalidade observadas no ano de observação.

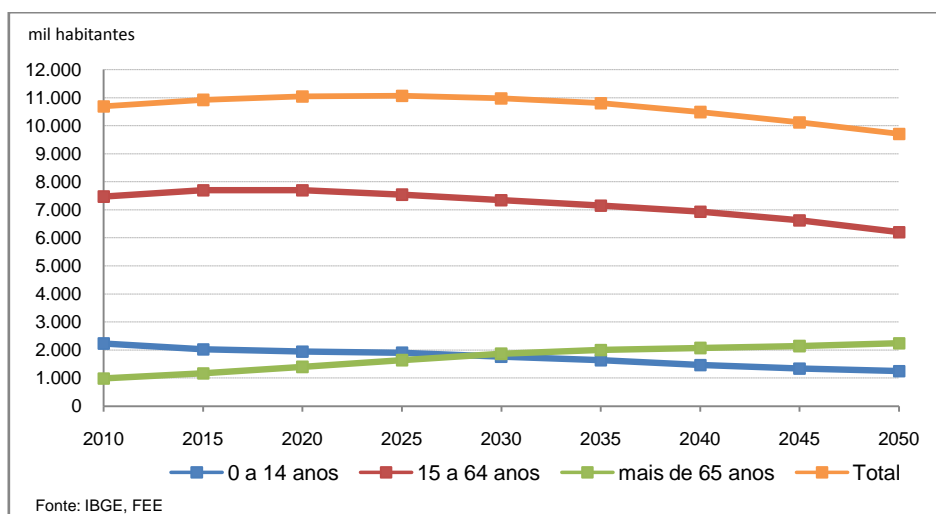
Figura 2 – Distribuição da população por faixa etária e gênero, RS – 1970, 2010 e 2030



Fonte: Cargnin et al, 2014

A esses aspectos, devemos adicionar os resultados das projeções elaboradas pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) até o ano de 2050, que revelam alguns fatores que ensejam atenção, apresentados na Figura 3. Um primeiro aspecto refere-se ao fato de que o Rio Grande do Sul atingirá um contingente máximo de 11 milhões de habitantes em 2025 e, a partir de então, passará por uma redução gradual de sua população absoluta, totalizando 9,7 milhões no ano de 2050. O Rio Grande do Sul deverá ser um dos primeiros estados brasileiros a atingir taxa de crescimento negativa no Brasil, iniciando um processo gradual de estabilização e redução de sua população.

Figura 3 – População do RS, por grupo de idade 2015 a 2050 (em mil habitantes)



Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2014

Há uma grande disparidade quando essa projeção é analisada por faixa etária. O contingente da população entre 0 e 14 anos, que já mostrou redução entre os anos de 2000 e 2010, deverá continuar em queda. A quantidade de pessoas com idade entre 15 e 64 anos continuará aumentando e alcançará um contingente máximo entre 2015 e 2020 e, a partir de então, iniciará um processo de redução. Por fim, a população com mais de 65 anos continuará aumentando nas próximas décadas. Esse tipo de comportamento do crescimento populacional indica que estamos passando por uma transição demográfica, na qual o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos somados a mais de 65 anos) sobre a população ativa (14 a 65 anos) ainda é menor.

Se essa projeção para os próximos decênios se confirmar, o Rio Grande do Sul se encontra no auge dessa proporção pois, a partir da próxima década, a relação entre inativos e ativos entraria em crescimento. Estamos, portanto, em vigência do chamado Bônus Demográfico, isto é, um período em que a população ativa é proporcionalmente mais numerosa que a inativa. Essa condição indica uma vantagem para o desenvolvimento, visto que a população ativa mais numerosa cria melhores condições de produção, poupança e investimento. Entretanto, é importante considerar que a população mais envelhecida, nas próximas décadas, implica inúmeros desafios à sociedade e ao poder público, principalmente nas questões relativas à saúde e à previdência.

Ampliando essa análise para os países vizinhos, tendo como base os dados dos Censos de Brasil (2010)⁴, Argentina⁵ (2010) e Uruguai⁶ (2011), podemos identificar como a transição

⁴ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

demográfica se manifesta nas unidades administrativas próximas, problematizando a área de fronteira. Para fins de comparação, foi utilizada a metodologia utilizada por Rückert, Carneiro Filho e Uebel (2015) que, baseados nas Unidades Territoriais Estatísticas da União Europeia (NUTS), definiram áreas comparáveis para os países do MERCOSUL, de acordo com os seguintes níveis.

Tabela 1 – Níveis de divisão espacial e número de unidades por país

País	Nível II	Nível III
Argentina	Províncias (24)	Departamentos ou Partidos (501)
Brasil	Estados (27)	Microrregiões geográficas (558)
Paraguai	Leste e Oeste (2)	Departamentos (18)
Uruguai	País	Departamentos (19)
Bolívia	Departamentos (9)	Províncias (112)
Chile	Regiões (13)	Províncias (51)

Fonte: Rückert, Pereira e Uebel, 2015.

No presente texto, foram analisadas apenas as unidades administrativas de Brasil, Argentina e Uruguai, a fim de verificar a posição do Rio Grande do Sul e de sua região de fronteira em relação aos territórios vizinhos. É importante afirmar também que, para o Nível III do território brasileiro, especificamente no caso do Rio Grande do Sul, será utilizada a escala dos COREDEs⁷, por constituir uma regionalização de referência para o planejamento governamental do Estado.

Tabela 2 – Níveis de divisão espacial e número de unidades por país

País	Nível II	Nível III
Argentina	Províncias (24)	Departamentos ou Partidos (501)
Brasil	Estados (27)	COREDEs (28)
Uruguai	País	Departamentos (19)

Fonte: Rückert, Pereira e Uebel, 2015.

⁵ Dados do *Instituto Nacional de Estadística y Censos* (INDEC).

⁶ Dados do *Instituto Nacional de Estadística* (INE).

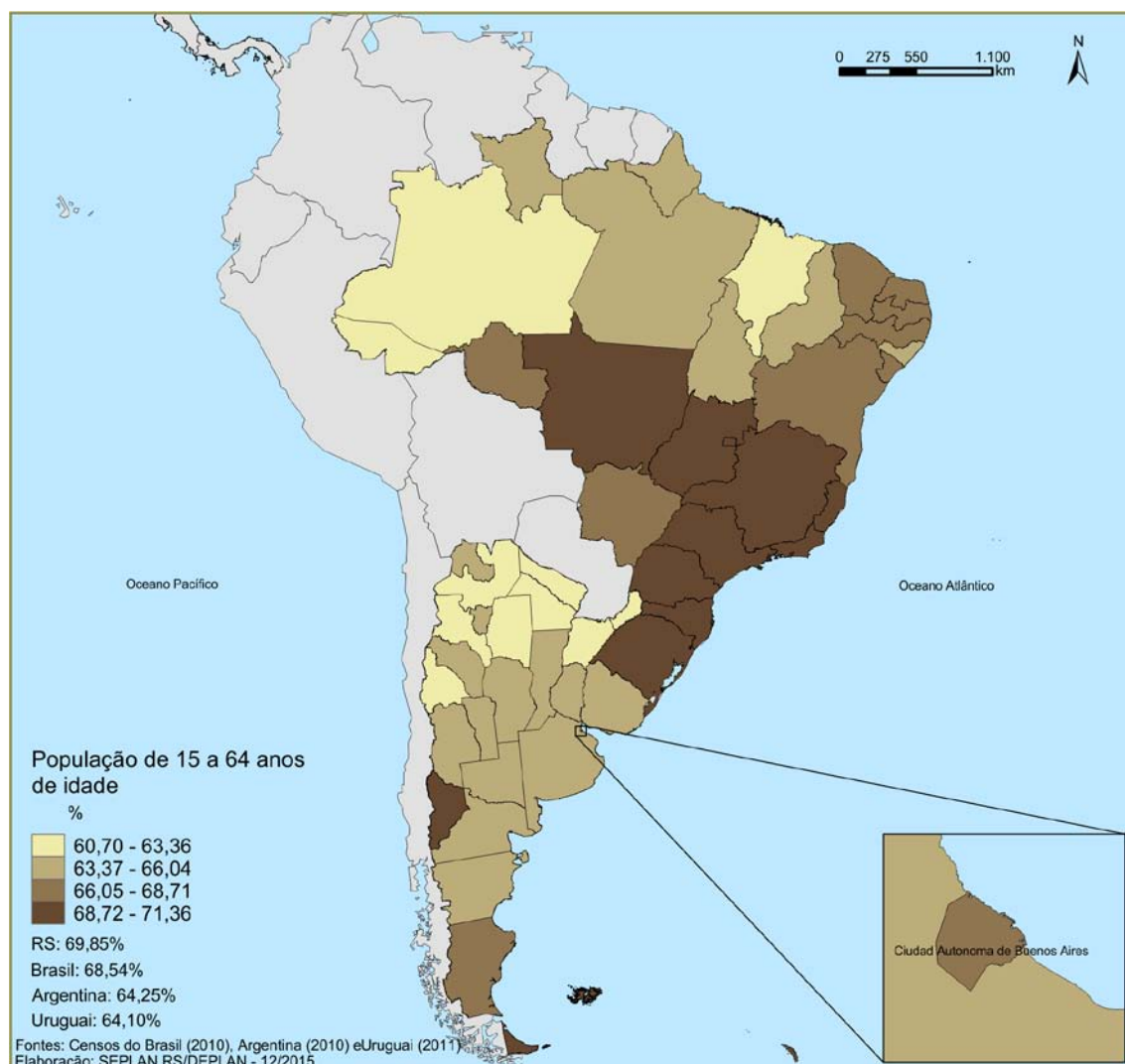
⁷ Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) foram criados pelo Governo do Estado do RS pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994. Constituem-se em um fórum permanente e autônomo de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Atualmente o Estado conta com 28 COREDEs.

Dessa forma, os níveis de análise para Argentina, Brasil e Uruguai foram, respectivamente: províncias, estados e país, para o Nível II; e, Departamentos ou Partidos, COREDEs e Departamentos, para o Nível III, como pode ser observado na Tabela 2⁸.

No que tange à população em idade ativa, o Estado do Rio Grande do Sul possui características semelhantes aos outros estados do centro-sul do Brasil, que apresentam o maior percentual de população nessa faixa etária. O mesmo se dá comparativamente com os três países em questão. Em 2010, o Estado possuía 69,85% de sua população nas idades entre 15 e 64 anos, sendo superado apenas pelos estados do Rio de Janeiro (69,90%), São Paulo (70,69%), Santa Catarina (71,26%) e pelo Distrito Federal (71,36). As médias nacionais de Brasil (2010), Argentina (2010) e Uruguai (2011) são de, respectivamente, 68,54%, 64,25% e 64,10%. Nesse sentido, enfatiza-se a vigência de um período de Bônus Demográfico no Rio Grande do Sul. A Figura 4 demonstra o percentual de população entre os 15 e 64 anos para o Nível II.

⁸ O Nível I, por país, não foi representado porque o Uruguai já estava classificado no Nível II, devido à desproporção da população desse país em relação à Argentina e Brasil.

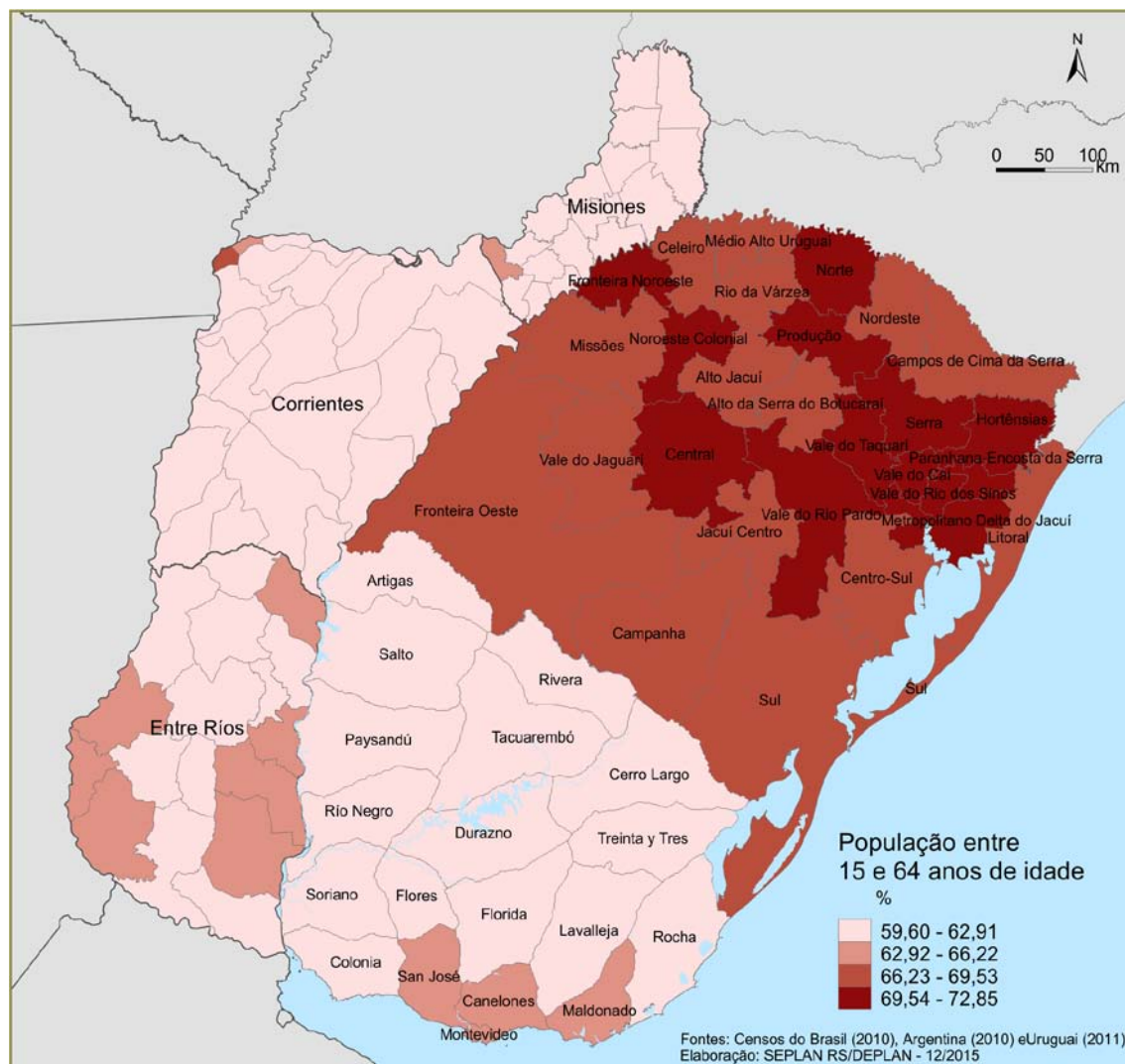
Figura 4 – Percentual de população dos 15 aos 64 anos de idade nos estados brasileiros, províncias argentinas e no Uruguai – Áreas comparáveis Nível II



Fontes: IBGE (2010), INDEC (2010) e INE (2011)

A análise dos dados para as áreas comparativas no Nível III desagrega essas informações, reforçando a ideia de que o Rio Grande do Sul estaria próximo de seu ponto máximo de vigência do Bônus Demográfico. Pode-se verificar que os maiores percentuais de população entre os 15 e 64 anos se localizam no nordeste do Estado e em algumas regiões industriais do centro-norte, que têm recebido população em idade ativa originária das regiões fronteiriças do Rio Grande do Sul. Na Argentina e no Uruguai, os percentuais de população nessa faixa etária são bastante inferiores aos encontrados no Estado do Rio Grande do Sul. A Figura 5 demonstra o percentual de população dos 15 aos 64 anos para o Nível III com base nos censos dos três países.

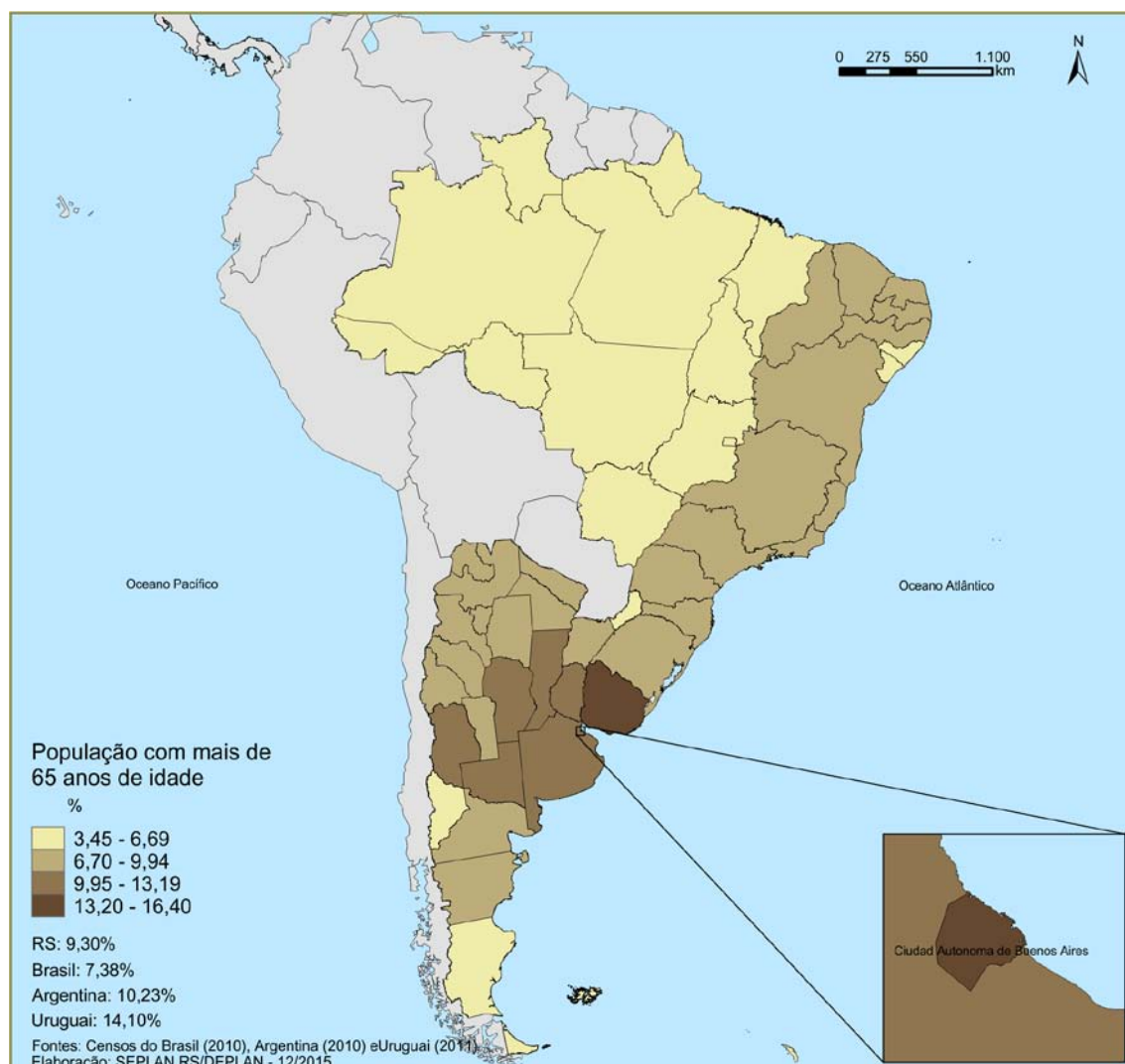
Figura 5 – Percentual de população dos 15 aos 64 anos nos COREDEs e departamentos argentinos e uruguaios – Áreas comparáveis Nível III



Fontes: IBGE (2010), INDEC (2010) e INE (2011)

No que se refere à população em idade mais avançada, com mais de 65 anos idade, observa-se que, para as áreas comparáveis de Nível II, a *Ciudad Autónoma de Buenos Aires* apresentou a maior concentração, com 16,40%, seguida pelo Uruguai, com 14,10%. Observa-se, ainda, altos percentuais nas províncias argentinas de Santa Fé (11,80%), Córdoba (11,20%) e La Pampa (11,2%), além de outras da região centro-leste da Argentina, como demonstrado na Figura 6.

Figura 6 – Percentual de população com mais de 65 anos de idade nos estados brasileiros, províncias argentinas e no Uruguai – Áreas comparáveis Nível II



Fontes: IBGE (2010), INDEC (2010) e INE (2011)

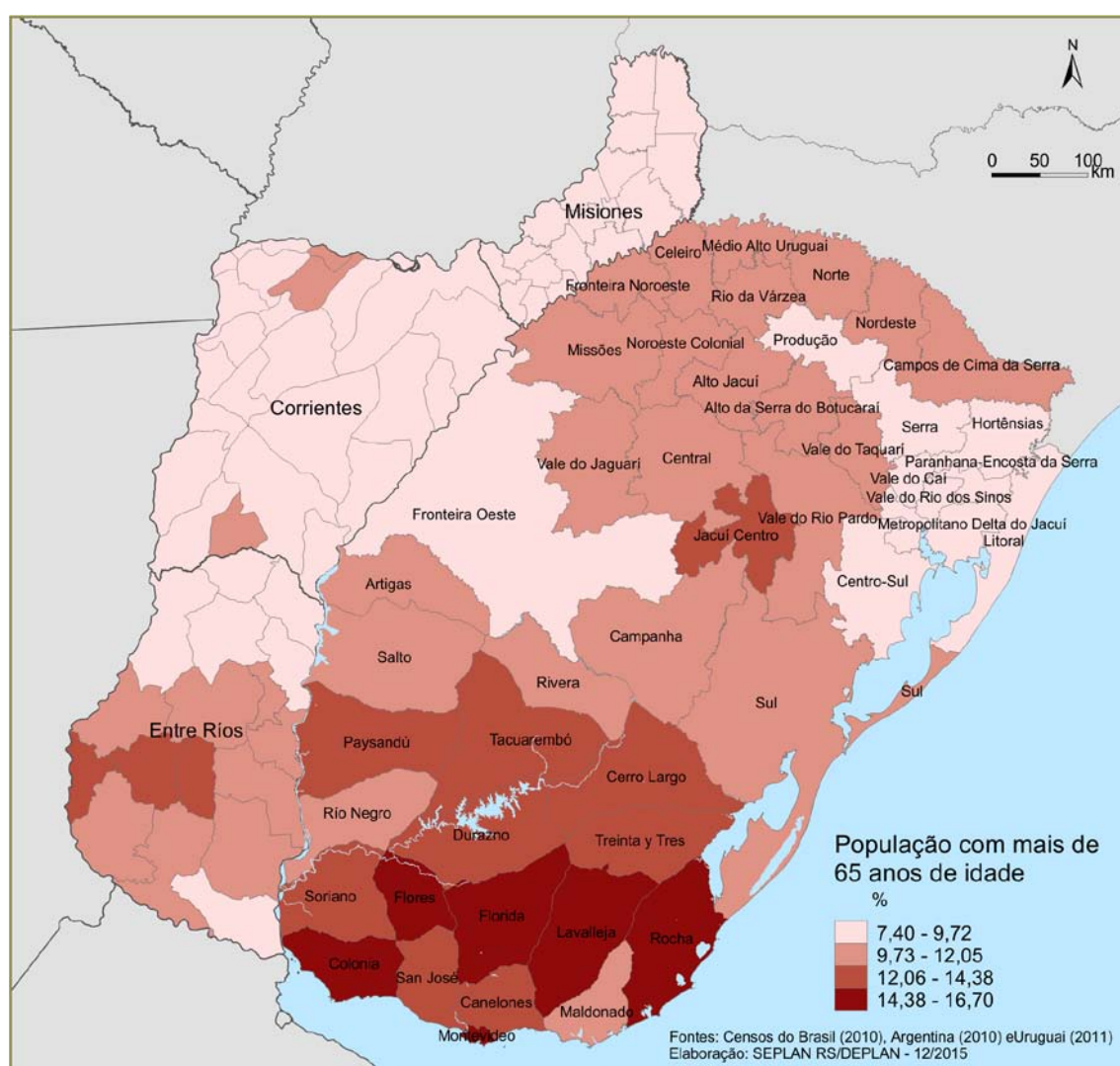
O Rio Grande do Sul apresentou percentual de 9,30% de idosos, acima da média brasileira (7,38%) e o maior do país, mas abaixo das médias argentina e uruguaia. No entanto, nos próximos anos, o Estado tende a apresentar médias cada vez mais semelhantes a esses países, devido ao alto percentual atual de população em idade ativa, com um processo de envelhecimento da população mais intenso em relação a outros estados da Federação.

A Figura 7 demonstra a concentração de população idosa para as áreas comparáveis de Nível III, destacando-se os departamentos do sul do Uruguai, especialmente *Lavalleja* (16,70%) e *Colonia* (16%). Os COREDES com maiores percentuais de população idosa no Rio Grande do Sul apresentaram perdas populacionais recentes, principalmente de população em idade ativa,

destacando-se o Jacuí Centro (12,20% de idosos), Vale do Jaguari (11,83%) e Fronteira Noroeste (11,62%), encontrando-se na Faixa de Fronteira brasileira.

De forma geral, observa-se uma tendência de envelhecimento da população na área fronteira analisada, sendo que no Uruguai, onde o processo de transição demográfica já está consolidado, os percentuais são mais elevados. A maioria dos departamentos argentinos e, também, dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, tendem a seguir a mesma tendência.

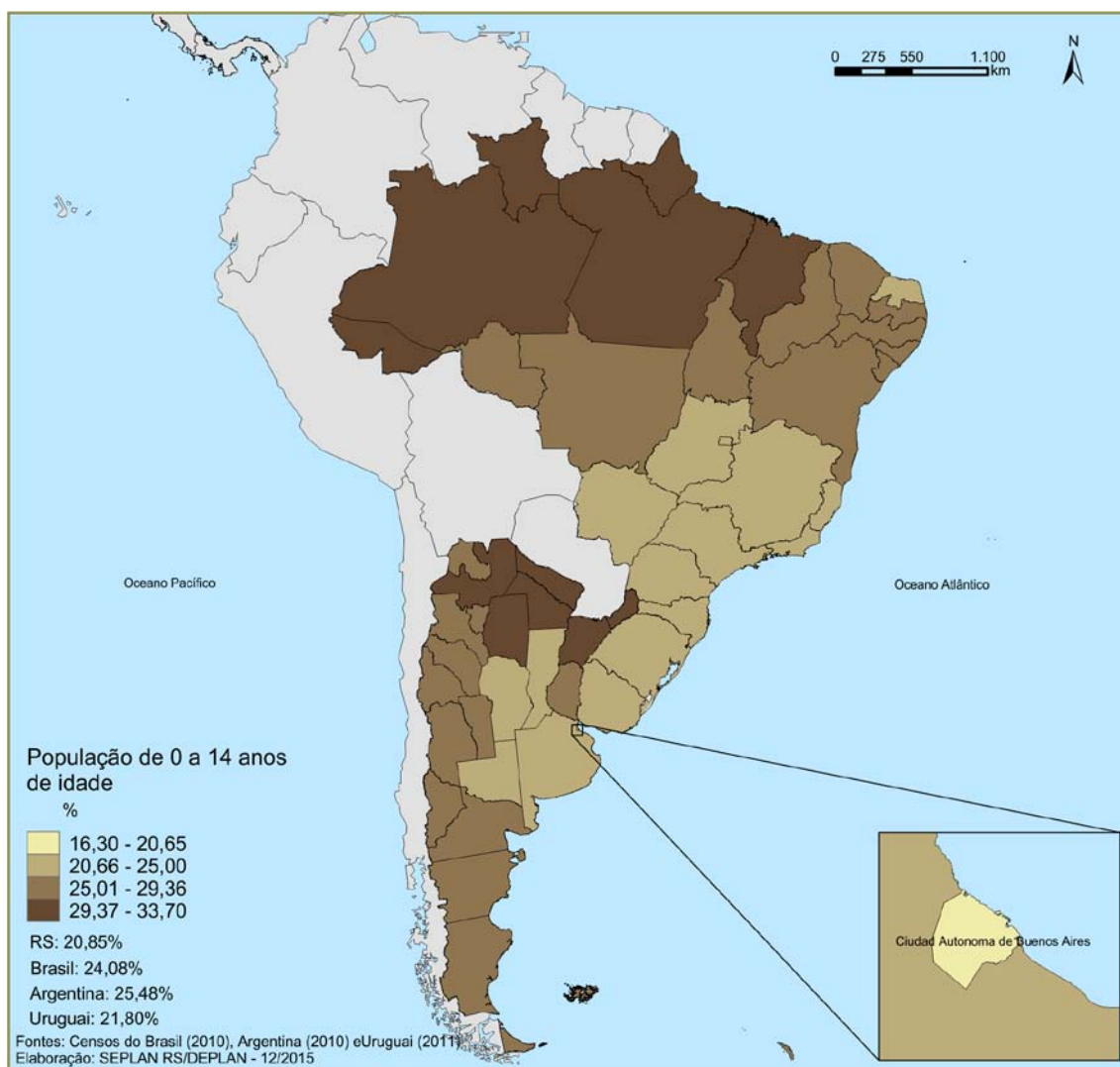
Figura 7 – Percentual de população com mais de 65 anos nos COREDES e departamentos argentinos e uruguaios – Áreas comparáveis Nível III



Fontes: IBGE (2010), INDEC (2010) e INE (2011)

No tange à faixa etária mais jovem, de 0 a 14 anos, na população total, o norte do Brasil e da Argentina concentram os maiores percentuais. No Brasil, os estados do Acre (33,70%), Amazonas (33,18%), Amapá (33,14%) e Roraima (33,05%) se destacam. Na Argentina, os maiores percentuais estão nas províncias de *Misiones* (32,50%) e *Santiago Del Estero* (31,60%). A *Ciudad Autónoma de Buenos Aires* deteve o menor percentual, com 16,30%, conforme demonstrado na Figura 8.

Figura 8 – Percentual de população dos 0 aos 14 anos de idade nos estados brasileiros, províncias argentinas e no Uruguai – Áreas comparáveis Nível II



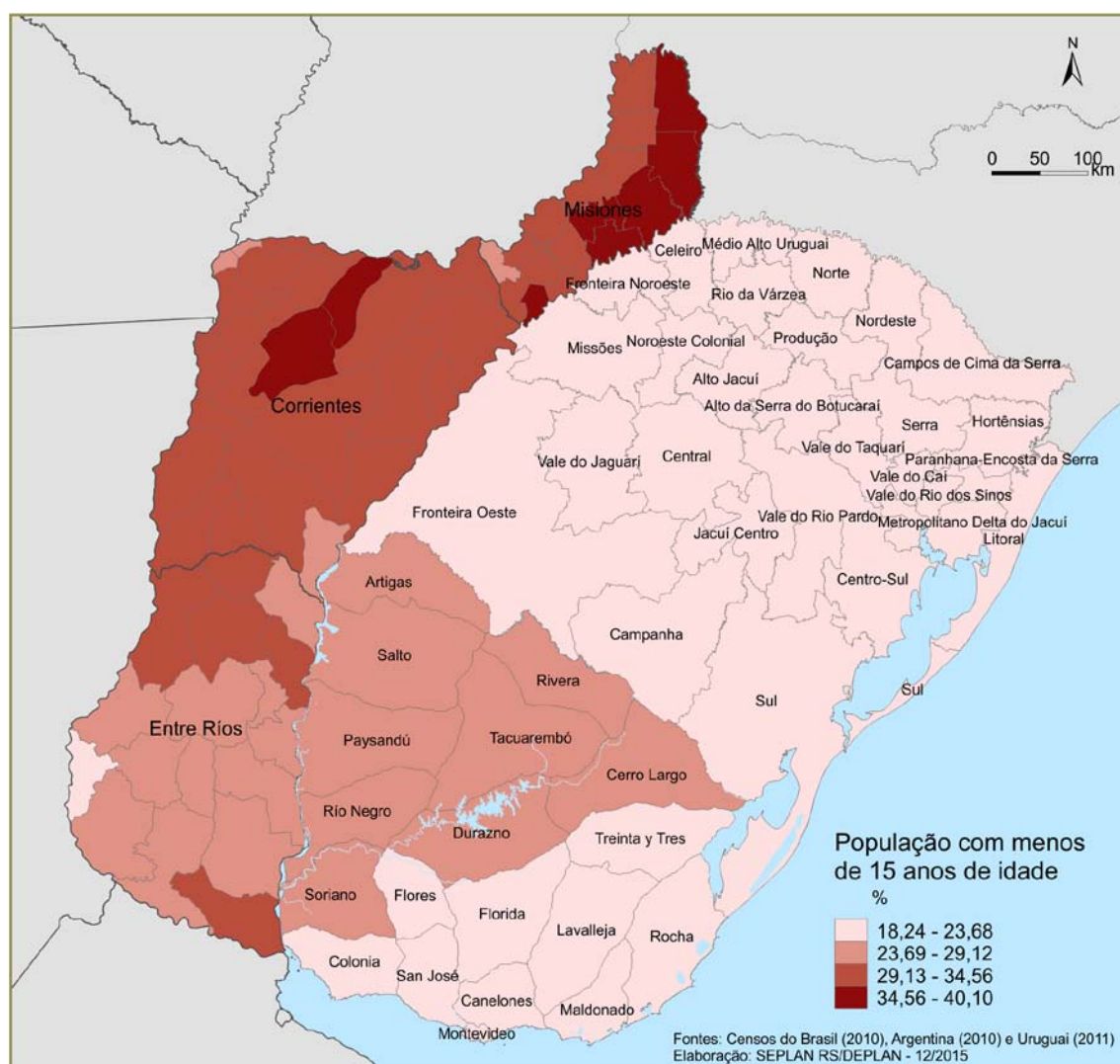
Fontes: IBGE (2010), INDEC (2010) e INE (2011)

Os dados do Censo de 2010 mostraram que o Rio Grande do Sul apresentava uma participação de apenas 20,85% de jovens em sua população, percentual abaixo das médias

brasileira, argentina e uruguaia. Essa baixa participação de crianças indica que o Rio Grande do Sul terá significativas dificuldades para repor sua atual população em idade ativa.

O limite com a Argentina representa uma ruptura importante na estrutura demográfica, pois os departamentos de *San Pedro* (40,10%), *General Manuel Belgrano* (38,5%) e *Guarani* (37,6%), na província de *Misiones*, apresentam altos percentuais de população abaixo dos 15 anos de idade. O mesmo se estende a toda a província de *Corrientes*, como demonstrado na Figura 9.

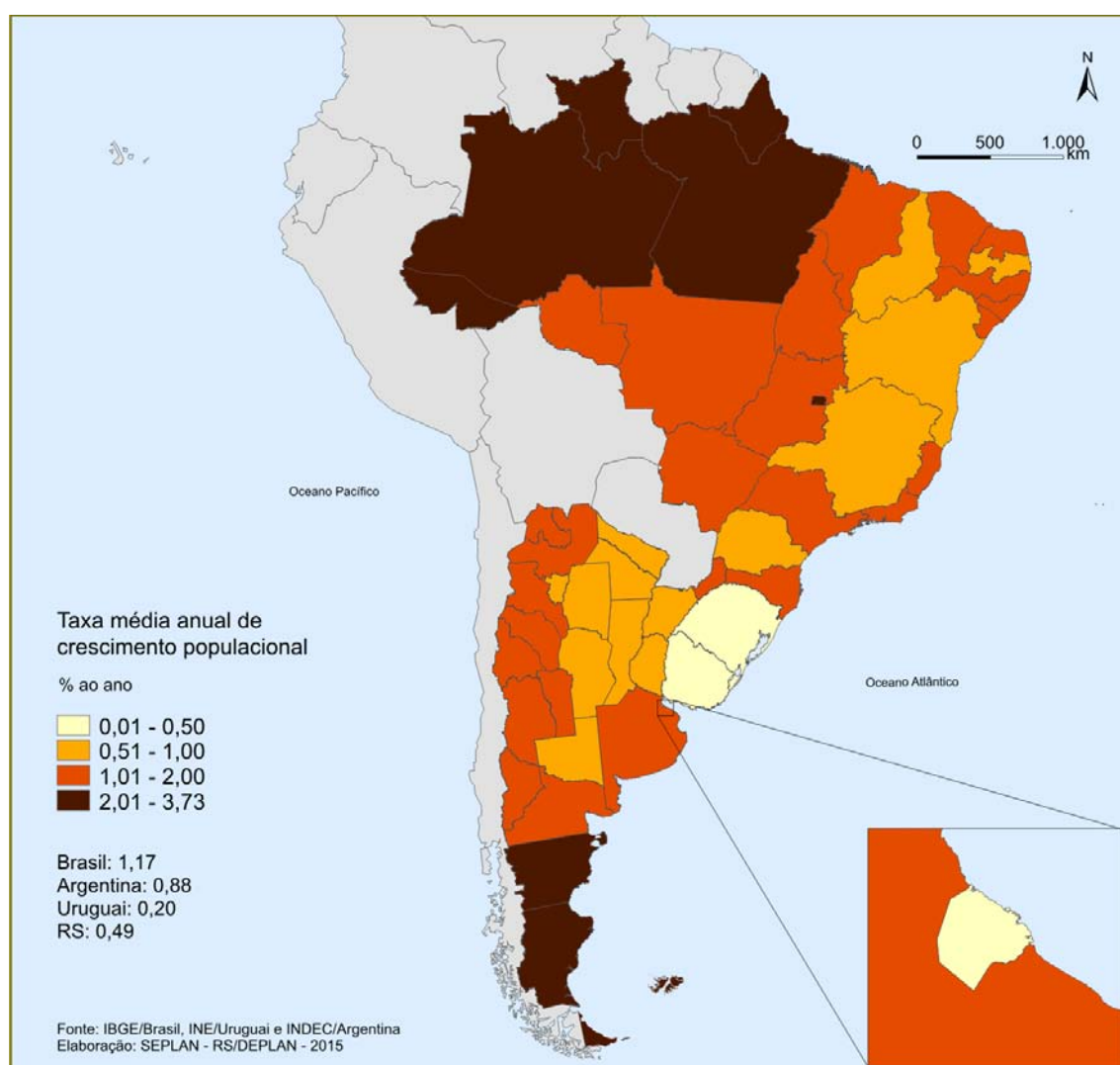
Figura 9 – Percentual de população dos 0 aos 14 anos de idade nos COREDES e departamentos argentinos e uruguaiois – Áreas comparáveis Nível III



Fontes: IBGE (2010), INDEC (2010) e INE (2011)

Para a análise das taxas médias anuais de crescimento populacional, foram considerados períodos diferentes para os três países, devido às limitações impostas pela temporalidade dos censos. Para os dados do Brasil, foram utilizados dados do IBGE para o período 2000-2010. Para a Argentina, foram extraídos dados do INDEC referentes ao período 2001-2010. Já para o Uruguai, os dados utilizados foram do INE, para o período 2004-2011. Os resultados são demonstrados na Figura 10.

Figura 10 – Taxa média anual de crescimento populacional nos estados brasileiros, províncias argentinas e no Uruguai – Áreas comparáveis Nível II.

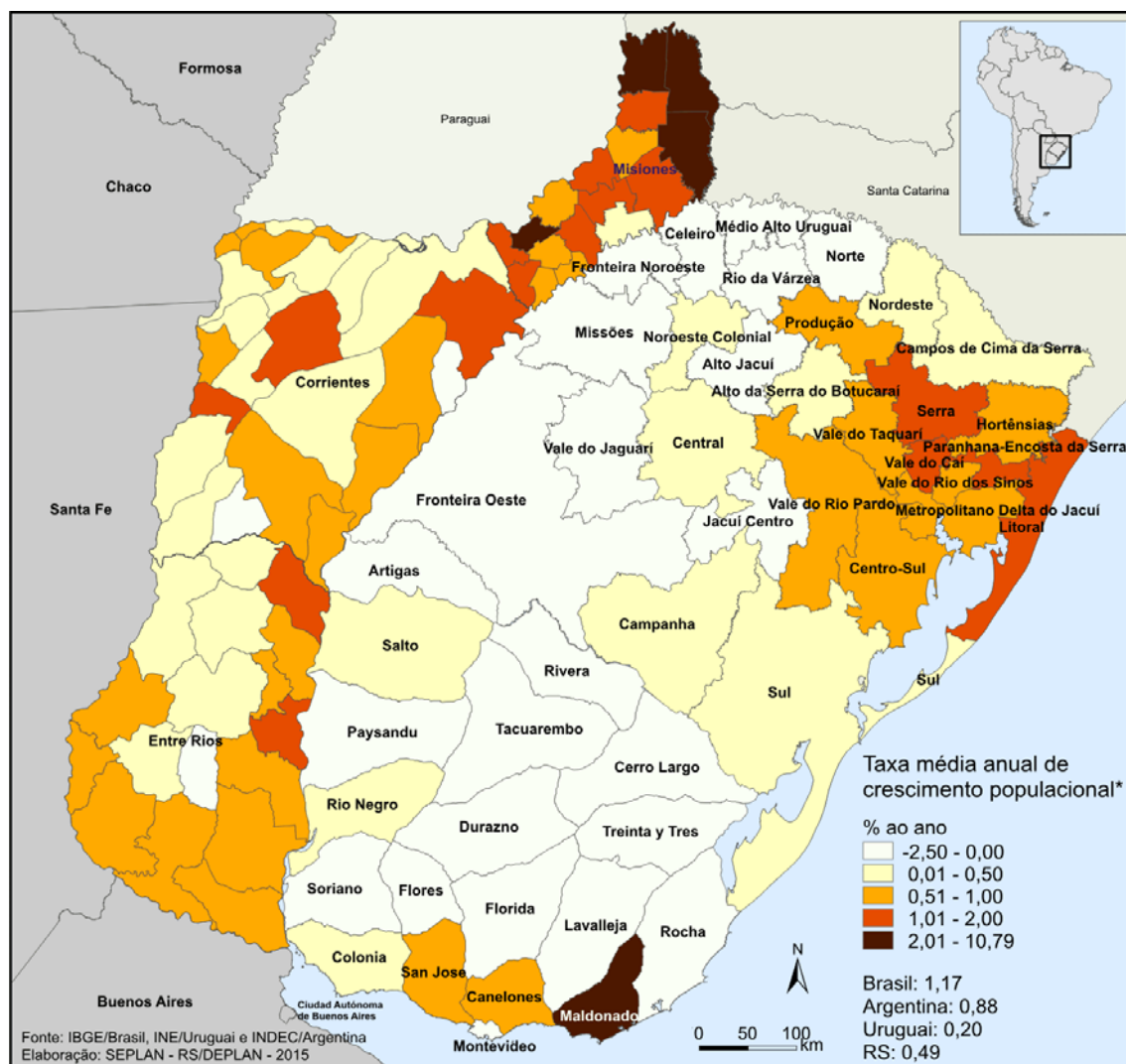


Fontes: IBGE (2010), INDEC (2010) e INE (2011)

Conforme a Figura 10, considerando uma análise para o Nível II, o Rio Grande do Sul, o Uruguai e a *Ciudad Autónoma de Buenos Aires* constituem um núcleo de baixo crescimento populacional no centro da área considerada. É importante também destacar que as maiores taxas de crescimento populacional para os três países se apresentaram em regiões periféricas, na região Norte do Brasil e no sul da Argentina.

Considerando as áreas elegidas, observamos um crescimento populacional de 0,20% ao ano no Uruguai, de 0,49% a.a. no Rio Grande do Sul e de, respectivamente, 0,71% a.a., 0,72% a.a., e 1,47% a.a. nas províncias argentinas de *Corrientes*, *Entre Rios* e *Misiones*. O Rio Grande do Sul foi o estado brasileiro cuja população teve o menor crescimento no período. O Uruguai apresentou ainda mais baixo crescimento populacional, enquanto que as províncias argentinas apresentaram taxas de crescimento maiores que as taxas gaúcha e uruguaia. A análise para o Nível III é apresentada na Figura 11.

Figura 11 – Taxa média anual de crescimento populacional nos COREDEs e departamentos argentinos e uruguaios – Áreas comparáveis Nível III



Fontes: IBGE (2010), INDEC (2010) e INE (2011)

Na Figura 11, identifica-se com maiores detalhes esse núcleo de baixo crescimento populacional que se estrutura entre o norte do Rio Grande do Sul e o interior do Uruguai, com valores negativos de crescimento nos períodos considerados. No Uruguai, somente seis departamentos registraram taxa média anual positiva no período 2004-2011: *Maldonado* (2,19% a.a.), *Canelones* (0,96% a.a.), *San José* (0,68% a.a.), *Colonia* (0,68% a.a.) e *Río Negro* e *Salto*, ambos com 0,20% a.a. Com exceção dos dois últimos, todos se localizam próximos à capital Montevidéu, região que concentra mais da metade da população uruguaia. Os outros treze departamentos perderam população absoluta, com taxas variando entre -0,01% a.a., em *Paysandu*, e -0,85% a.a., em *Artigas*.

Na Argentina, o quadro demográfico na região de fronteira com o Rio Grande do Sul foi bastante influenciado pela política governamental. Os planos de colonização, estímulos e restrições, apresentados em alguns momentos históricos, acabaram por impactar de forma significativa a faixa de fronteira com o Brasil, tanto em *Corrientes* quanto em *Misiones*. Convém assinalar que, principalmente no caso de *Misiones*, o crescimento populacional foi muito impactado pela migração de brasileiros, que lá se instalaram em maior volume entre as décadas de 50 e 70. Em departamentos como *San Pedro* e *Manoel Belgrano*, as estimativas dão conta que 70% dos habitantes são brasileiros ou filhos de brasileiros, que lá se instalaram seja pela instabilidade política vivenciada pelo Brasil durante o período da ditadura militar, seja pela busca de novas fronteiras agrícolas. Atualmente, embora esses movimentos tenham arrefecido, ainda sofrem impacto de descendentes desses imigrantes (FERRARI, 2014).

Entre 2001 e 2010, embora alguns departamentos fronteiriços da Argentina, quando comparados aos departamentos no Uruguai e COREDEs no Rio Grande do Sul, apresentassem valores mais elevados de crescimento populacional, as províncias às quais pertencem, principalmente *Corrientes* e *Entre Ríos*, detiveram crescimento populacional baixo em relação à maioria das demais províncias do território argentino. Especialmente quando comparadas ao sul da Argentina, que tem sido beneficiado por estímulos da política governamental.

A região geográfica que ocupa as fronteiras norte, oeste e parte do sul do Rio Grande do Sul se caracteriza por um processo de esvaziamento populacional. Os COREDEs Celeiro, Fronteira Noroeste, Missões e Fronteira Oeste apresentaram, no período 2000-2010, taxas negativas de crescimento populacional que variaram entre -0,57% a.a. e -0,33% a.a.

No norte, na fronteira com a Argentina – COREDEs Celeiro, Fronteira Noroeste e Missões – a região se caracteriza pela presença de grande parcela de população residindo nas áreas rurais, que em muitos casos ainda está próxima de 50% do total. Essa população, especialmente a mais jovem, tende a migrar para os núcleos urbanos mais prósperos em busca de trabalho. Já no COREDE Fronteira Oeste, junto ao Uruguai, a perda de população é majoritariamente associada à população que já reside nas cidades, onde estão mais de 90% dos habitantes. Mais ao sul, a região da Campanha, na fronteira com o Uruguai, embora tenha tido taxa positiva, cresceu pouco, com somente 0,04% a.a.

Assim como no Uruguai, o esvaziamento dessas regiões se contrapõe a outras de maior dinamismo econômico e concentração populacional. Verifica-se, portanto, no caso gaúcho, uma

maior concentração populacional nos COREDEs do leste do Estado, polarizadores de emprego, formação de mão de obra e serviços de saúde, propensos, portanto, a um maior desenvolvimento.

Sendo assim, pode-se observar que os movimentos migratórios responsáveis pela diminuição das populações presentes nessas áreas de fronteira ocorrem dentro dos respectivos países, sendo ainda pouco importantes os movimentos populacionais transfronteiriços. Esses movimentos transfronteiriços podem se intensificar na análise dos próximos censos devido à entrada em vigor do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do MERCOSUL, que já foi bilateralizado por Brasil e Uruguai em 26 de outubro de 2006. Esse acordo permite que o requerente seja considerado cidadão permanente dois anos após sua legalização no país (LEMOS, 2013, p.172). Em 2012, essa exigência de um período prévio de residência no país foi retirada, avançando-se no objetivo de promover a livre circulação entre os dois países

ALGUNS ASPECTOS ECONÔMICOS E DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA FRONTEIRA DO RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, algumas características da fronteira internacional possuem influência importante sobre esses movimentos migratórios em direção ao leste do Estado. Aspectos como a falta de integração de sua infraestrutura e suas características econômicas não contribuem para a permanência da população fronteiriça em seu local de origem.

Na fronteira do Brasil com o Uruguai, as atividades econômicas são dominadas de um lado e de outro pela pecuária extensiva e pelo cultivo do arroz (RIO GRANDE DO SUL, 2015). No território uruguaio destaca-se, também, a exploração florestal. A produção de leite e a fruticultura são comuns aos dois lados, sendo que a última foi introduzida mais recentemente no lado brasileiro (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Na fronteira com a Argentina, o lado brasileiro apresenta maior dinamismo, com produção de grãos e uma agroindústria bem estruturada, com destaque para o segmento de máquinas e implementos agrícolas. Na porção argentina, que compreende as províncias de *Corrientes* e *Misiones*, predomina a exploração florestal, aparecendo, ainda, as atividades criatórias, embora com baixa participação na produção total do país (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Dessa forma, a região fronteiriça do Rio Grande do Sul é dominada pela produção agropecuária, com médias e grandes propriedades e baixa incorporação de tecnologia no sul, e pequenas propriedades no norte, que também carecem de maior dinamismo (BERTÊ et al, 2016).

Essas características econômicas são importantes para o processo de esvaziamento populacional observado, pois na porção leste do Rio Grande do Sul se apresenta a maior concentração econômica do Estado, representada pelo eixo Porto Alegre-Caxias do Sul.

A esses fatores, somam-se os infraestruturais, especialmente, no noroeste do Rio Grande do Sul. A articulação do Rio Grande do Sul com esses países ocorre através dos principais modais: rodoviário, aeroviário, ferroviário e hidroviário. O modal rodoviário é o que apresenta maior número de conexões. No Rio Grande do Sul, essas conexões se dão pelas BR-116, BR-101, BR-290 e BR-285, conforme a Figura 12.

Figura 12 – Infraestrutura rodoviária e conexões com os demais modais na região de fronteira do Rio Grande do Sul



Fonte: SPGG

A BR-116 entra no Estado pelo município de Vacaria, passando por Caxias do Sul, Canoas, Pelotas e Jaguarão/Rio Branco. A BR-101 atravessa o Estado no sentido norte/sul, pela região litorânea, sendo interrompida, entre os municípios de São José do Norte e Rio Grande, pelo canal que liga a Laguna dos Patos com o oceano Atlântico, tendo, a partir de Rio Grande, continuidade até Chuí/*Chuy*. A BR-290 e a BR-285 ligam a porção leste do Rio Grande do Sul à Argentina e ao Uruguai, sendo que a BR-290 vai da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), até Uruguaiana/Paso de los Libres, conectando, também, através da BR-158, as cidades de Santana do Livramento e Rivera. A BR-285 conecta a BR-116, desde Vacaria até São Borja/Santo Tomé, de onde segue para Itaqui/Alvear, Uruguaiana/Paso de Los Libres, e Barra do Quaraí/Bella Unión, pela BR-472 (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2012). No entanto, observa-se a ausência de ligações rodoviárias no noroeste do Estado, na fronteira com a Argentina.

As principais conexões aeroviárias se dão entre os aeroportos Porto Alegre, Montevideu e Buenos Aires. Já as ligações do modal ferroviário se organizam através de plataformas logísticas situadas nos municípios de Santana do Livramento, Uruguaiana e São Borja. Contudo, observa-se que muitas dessas ligações estão desativadas, como no caso do ramal ferroviário Cacequi-Santana do Livramento. Além disso, observa-se que as diferenças de bitolas entre as ferrovias brasileiras e de seus vizinhos dificulta uma maior integração nesse modal.

No modal hidroviário, a principal conexão ocorre através da navegação de cabotagem entre os portos de Buenos Aires, Montevideu, Rio Grande e Porto Alegre, sendo que o Porto do Rio Grande é o que apresenta maior expressão e potencial para expansão. A Hidrovia do MERCOSUL, que passa pelos rios Jacuí, Taquari, Caí, Sinos, Gravataí, Camaquã e Jaguarão, se ligando com a Laguna dos Patos pelo Lago Guaíba, continuando pelo Canal de São Gonçalo e pela Lagoa Mirim, apresenta grande potencial de integração infraestrutural entre Brasil e Uruguai.

Assim, conforme apontado no estudo Perfis Socioeconômicos do COREDEs (BERTÊ et al, 2016), principalmente a região noroeste do Rio Grande do Sul apresenta escassez no que se refere à infraestrutura de transportes. Essa característica dificulta o escoamento da produção local, contribuindo para a perda de competitividade da produção local, gerada, predominantemente, em pequenas propriedades. Os reflexos econômicos da falta de infraestrutura dessa região podem contribuir para as perdas populacionais observadas.

Do ponto de vista da integração em escala local, o fator de maior importância é a existência de uma significativa rede de cidades-gêmeas que caracteriza a fronteira do Rio Grande do Sul⁹. As onze cidades que compõem essa rede são aglomerações urbanas de pequeno porte, conectadas ao grande eixo Buenos Aires/São Paulo, tendo como polos intermediários Porto Alegre e Montevideu. Possuem uma integração local que pode ser potencializada, como ocorreu com a criação de escolas técnicas binacionais, em Santana do Livramento e Rivera, com o plano de saneamento conjunto de Aceguá, no Brasil, e Acegua, no Uruguai, e com o Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho, vigente nas localidades em faixa de até 20 quilômetros dos dois lados da fronteira brasileiro-uruguaia (LEMOS, 2013).

Assim, além dos fatores econômicos ligados às questões demográficas e ao consequente esvaziamento populacional, também pesam as características da infraestrutura. Na fronteira com o Uruguai, a fronteira seca relativiza essa questão. Já na fronteira com a Argentina, a existência da barreira física representada pelo rio Uruguai dificulta de sobremaneira uma maior dinâmica na integração de fronteira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

73

A análise dos dados demonstrou que, guardadas as especificidades de cada processo, as dinâmicas demográficas vigentes no lado brasileiro encontram similitude, tanto no lado argentino quanto uruguaio. Embora existam diferenças na estrutura econômica entre os diferentes lados da fronteira, todos são marcados por baixa densidade demográfica e falta de dinamismo econômico. Essas características, especialmente nas fronteiras gaúcha e uruguaia, são reforçadas pela combinação de elementos como o envelhecimento populacional, a elevada emigração e a baixa fecundidade.

Segundo a análise realizada, o Rio Grande do Sul e sua região fronteira se apresentam em uma posição intermediária no que se refere ao processo de Transição Demográfica. Se considerarmos os demais estados brasileiros e províncias da fronteira argentina, verifica-se um estágio menos adiantado de mudanças do perfil da população, enquanto que no Uruguai esse quadro

⁹ Cidades-Gêmeas: Chuí-Chuy; Jaguarão-Rio Branco; Aceguá-Acegua; Santana do Livramento-Rivera; Quaraí-Artigas; Barra do Quaraí-Bella Unión na fronteira do Rio Grande do Sul com Uruguai e Uruguaiana-Passo de los Libres; Itaqui-Alvear; São Borja-Santo Tomé, Porto Xavier-San Javier e Porto Mauá-Alba Posse na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina.

já se assemelha ao dos países desenvolvidos, com a população já bastante envelhecida e baixos índices de natalidade.

Esse quadro requer especial atenção, especialmente do Estado, que deve propor políticas para que essa ruptura não gere efeitos socioeconômicos negativos. Políticas voltadas à população mais envelhecida e um novo olhar sobre a educação infantil e fundamental são pontos importantes nessa nova realidade.

Nesse sentido, convém assinalar que já existem estudos de longo prazo realizados pela Secretaria do Planejamento do Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul - *Futuro RS: Agenda de Desenvolvimento* (RIO GRANDE DO SUL, 2016) que buscam preparar a ação pública para esse novo perfil demográfico.

No que se refere ao crescimento populacional, no lado argentino, destoa dessa característica a província de *Misiones*. No caso de departamentos como *San Pedro* e *Manoel Belgrano*, o crescimento associou-se, historicamente, à migração de brasileiros em busca de novas fronteiras agrícolas. Já no sul dessa província, está ligado à política demográfica do governo argentino, ocorrida a partir da década 1980.

No Uruguai, pode-se observar um movimento populacional no sentido norte-sul, em direção aos departamentos próximos a Montevideu. Esse movimento parece ocorrer devido a fatores semelhantes em relação à fronteira sul do Rio Grande do Sul, como a predominância econômica de uma agropecuária de médias e grandes propriedades, com lenta incorporação de tecnologia, além do baixo desenvolvimento industrial. No entanto, ainda são necessários estudos mais aprofundados sobre as semelhanças entre as estruturas econômicas da região de fronteira entre Brasil e Uruguai.

No Rio Grande do Sul, o movimento populacional predominante é no sentido oeste-leste, com a população saindo da região de fronteira. No sul, a estrutura econômica, que apresenta baixa dinâmica, contribui para esses movimentos de saída populacional. Na fronteira com a Argentina, embora existam alguns segmentos com bastante dinamismo, a predominância de uma estrutura agropecuária de pequenas e médias propriedades, a repartição excessiva da terra, os problemas com a produtividade agropecuária, as repetidas perdas devidas à irregularidade pluviométrica e o baixo acesso à infraestrutura de serviços são causas importantes que devem ser atacadas. Agrega-se a isso a existência de longas distâncias em relação aos centros urbanos e metropolitanos e a pouca integração às infraestruturas de transporte que influenciam na dinâmica demográfica observada.

REFERÊNCIAS

BERTÊ, A. M. A.; LEMOS, B. O.; TESTA, G.; ZANELLA, M. A. R.; OLIVEIRA, S. B. Perfis Socioeconômicos dos COREDEs. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n.26, p.1-1070. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. 2016.

CARGNIN, A. P., et al. Quinze anos de transformações na economia e sociedade gaúchas contados pelas páginas do Atlas Socioeconômico do RS. Porto Alegre, **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n°. 24, 2014. p.29-62.

FERRARI, M.. Políticas migratórias do Estado Nacional argentino frente a migração brasileira no nordeste de **Misiones**. Paraná, **Revista Perspectiva Geográfica**, UNIOESTE, v.9, n.11, 2014. p.17.

JARDIM, M. L. e BARCELLOS, T. M. de. Migrações Internas no Rio Grande do Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.121, p.133-147, jul./dez. 2011

LEMOS, B. O.. **A Nova Agenda para Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre Brasil e Uruguai**: repercussões territoriais nas cidades-gêmeas da Sant'Ana do Livramento e Rivera. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2013. 217 f.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. **RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial**. SEPLAN e FEE. Porto Alegre, dez 2014. 3v. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/publicacoes/rs-2030-agenda-de-desenvolvimento-territorial/>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2017.

_____. **Futuro RS**: Agenda de Desenvolvimento. Caderno 2: O envelhecimento da população gaúcha e as consequências e desafios para as políticas públicas: saúde e educação. Porto Alegre. 2016. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/futuro-rs>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Rio Grande do Sul - PDIF/RS**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201604/11112501-pdif-rs-versao-final-site-relinter.pdf>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2017.

RÜCKERT, A. A.; CARNEIRO FILHO, C. P. e UEBEL, R. R. G. Cenários de Transfronteirizações na América do Sul: alguns exemplos de pesquisas recentes. Corumbá/MS, **Revista GeoPantanal**, UFMS/AGB, N. 18, jan./jun. 2015. pp159-181 •

Recebido em: 25/08/2016
Aceito em: 21/02/2017